



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS PIO IX
CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

ELISANGELA ALDENIR DE SÁ E SILVA

FATORES DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA
NAS ESCOLAS: UM OLHAR SOBRE A ACESSIBILIDADE

PIO IX
2023

ELISANGELA ALDENIR DE SÁ E SILVA

**FATORES DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA
NAS ESCOLAS: UM OLHAR SOBRE A ACESSIBILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Especialização em
Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí,
Campus Pio IX.

Orientador: Prof. Dr. Manuel Gonçalves da Silva
Neto.

ELISANGELA ALDENIR DE SÁ E SILVA

**FATORES DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA
NAS ESCOLAS: UM OLHAR SOBRE A ACESSIBILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Especialização em
Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí,
Campus Pio IX.

Aprovada em: 08 / 12 / 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Manuel Gonçalves da Silva Neto (Orientador)
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Prof. Nayra Christina Andrade Marques

Prof. Antonio Marcos Firmino da Silva

Prof. Esp. Moisés Ribeiro do Nascimento

FATORES DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS: UM OLHAR SOBRE A ACESSIBILIDADE

Elisangela Aldenir de Sá e Silva¹
Prof. Dr. Manuel Gonçalves da Silva Neto²

RESUMO

Considera-se como acessibilidade a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, aos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, às edificações, aos serviços de transporte, aos sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A acessibilidade é essencial para diminuir as limitações impostas pela deficiência, permitindo o acesso à ambientes variados e promover a inclusão e participação social e física. É evidente que a mobilidade e acessibilidade em espaços escolares, garante o direito de locomoção a todas as pessoas e cria um espaço mais inclusivo. Atualmente, a literatura apresenta uma variedade de métodos para fomentar a permanência e inclusão de pessoas com deficiência, em especial, crianças em ambiente escolar. Este trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre fatores de inclusão e permanência das crianças com deficiência nestes ambientes. A coleta de dados foi realizada na base de dados do Scielo a partir de artigos publicados no período de 2007 a 2022 empregando descritores que refletem a temática, a qual resultou em 8 (oito) artigos finais avaliados. Os resultados apresentam indícios que os principais fatores que dificultam a inclusão e permanência dos alunos com deficiência na escola ainda se referem a acessibilidade e a falta de capacitação dos profissionais.

Palavras-chave: Deficiência; Alunos; Escola; Acessibilidade; Inclusão; Permanência.

ABSTRACT

Accessibility is considered the condition for use, with safety and autonomy, total or assisted, of furniture spaces and urban equipment, buildings, transport services, systems and means of communication and information, by people with disabilities or mobility. reduced. Accessibility is essential to reduce the limitations imposed by disability, allowing access to varied environments and promoting social and physical inclusion and participation. It is clear that

¹ Elisangela Aldenir de Sá e Silva. Bacharel em Serviço Social e Especialista em Saúde Pública. Faculdade R. Sá. Licenciatura em Letras Espanhol – Universidade Estadual do Piauí. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7356559553934058>

² Professor Dr. Manuel Gonçalves da Silva Neto. Docente do Instituto Federal do Piauí - Campus Pedro II. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9433835294642844>

mobility and accessibility in school spaces guarantees the right of movement for all people and creates a more inclusive space. Currently, the literature presents a variety of methods to encourage the permanence and inclusion of people with disabilities, especially children in a school environment. This work presents a bibliographical research on factors of inclusion and permanence of children with disabilities in these environments. Data collection was carried out in the Scielo database based on articles published between 2007 and 2022 using descriptors that reflect the theme, which resulted in 8 (eight) final articles evaluated. The results show evidence that the main factors that hinder the inclusion and retention of students with disabilities in school still refer to accessibility and the lack of training of professionals. to an inclusive education and to quality. Thus, it is relevant to carry out a survey on the reasons that hinder the inclusion and permanence of students with disabilities in school and to seek ways to solve the problem.

Keywords: Deficiency; Students; School; Accessibility; Inclusion; Permanence.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Decreto Nº 5.296 (BRASIL,2004), Art. 8 considera-se como acessibilidade a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, aos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, às edificações, aos serviços de transporte, aos sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Os impedimentos físicos, mentais, intelectuais e sensoriais passaram a ser considerados como características das pessoas, inerentes à diversidade humana, na qual, a deficiência também pode ser provocada pela interação dos impedimentos com as barreiras sociais, ou seja, com os diversos fatores culturais, econômico, tecnológicos, arquitetônicos, dentre outros, de forma a gerar uma impossibilidade de plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade. Superar a deficiência não é tão somente cuidar dos impedimentos, mas possibilitar e criar mecanismos que eliminem as barreiras existentes no ambiente (ROSA, 2018, p. 39).

Dessa forma, percebe-se que a acessibilidade é essencial para diminuir as limitações impostas pela deficiência e permitir o acesso dessas pessoas aos mais diversos ambientes e permitir a inclusão e participação social e física destes indivíduos.

E na escola não é diferente, é necessário que crianças e adolescentes sejam inclusas no ambiente escolar desde cedo possibilitando a participação e o desenvolvimento destes.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) assegura:

O direito de ir e vir, e foi a partir da sua implementação que as leis para pessoas com deficiência entraram em vigor, como é o caso da Lei Nº10.098 (BRASIL,2000), que tem como função estabelecer diretrizes que promovam o acesso para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em relação às barreiras urbanas, arquitetônicas, no transporte e comunicacional.

Este trabalho apresenta um panorama sobre as estratégias para incluir e garantir a permanência de alunos nas escolas e para isso é preciso reconhecer e valorizar as diferenças, além da necessária transformação das compreensões e práticas do ensino e adequar os meios pedagógicos e os espaços escolares. Para isso, o trabalho apresenta como objetivo geral analisar os fatores que afetam a permanência das crianças e adolescentes com deficiência nas escolas sob a perspectiva da acessibilidade e objetivos específicos, analisar quais as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no acesso à escola; avaliar os motivos que levam a

evasão escolar de alunos com deficiência e prover um arcabouço que pode servir de base para desenvolver estratégias para permanência dos alunos com deficiência na escola.

Após análise dos trabalhos, encontrou-se problemas relacionados principalmente a infraestrutura de apoio ao aluno e carência de profissionais capacitados para atender esse público. O nível de ensino abordado nos estudos concentra-se nos níveis fundamentais, seguidos do EJA - Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior. Já em relação as temáticas abordadas nos estudos, os autores tiveram preferência por temas ligados ao acesso e permanência dos alunos na escola e apresentou como principal meio de publicação a Revista Brasileira de Educação Especial;

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITOS SOBRE ACESSIBILIDADE

De acordo com a ABNT (NBR 9050) acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado, de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT/NBR 9050, 2020).

Percebe-se a partir da definição, a importância da acessibilidade para a autonomia e independência dos indivíduos que possuem algum tipo de deficiência ou problemas de mobilidade, uma vez que, dá autonomia a estas pessoas.

Em consonância com a ABNT, Santos, Santos e Ribas (2005), definem a acessibilidade como a possibilidade da convivência entre as diferenças, sendo benéfica para a sociedade e resultando numa melhor qualidade de vida para os cidadãos portadores de deficiências ou com mobilidade reduzida.

Na escola, todos os ambientes precisam ser adaptados para receber os alunos que possuem algum tipo de deficiência. A ABNT traz que deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. Todos estes ambientes devem ser acessíveis (ABNT/NBR 9050:2020).

Como visto, para que os alunos desenvolvam a sua autonomia no ambiente escolar é necessário que os espaços sejam adaptados e acessíveis para acesso a todos os espaços pedagógicos e, por conseguinte desenvolvam o seu aprendizado de forma significativa ao longo do caminho.

2.2 ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA

Através dos dispositivos legais das leis específicas destinadas aos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, o direito educacional passou a ser assegurado na rede regular de ensino. Esse arranjo estabelece a maneira como a Educação Especial no Brasil vem se estabelecendo para a consolidação de práticas inclusivas após a aprovação da Constituição Federal de 1988. Assim, a proposta da Educação Inclusiva está pautada nos princípios de equidade que assegurem o respeito e a dignidade da pessoa humana, e o acesso e permanência

dos alunos com necessidades educacionais especiais, em condições de igualdade no sistema escolar (BRASIL, 2020).

De acordo com a Constituição Federal a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e terão igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (BRASIL,1988)

Observa-se, que a educação assim como outros direitos estão previstos na constituição. Mas não basta apenas está previsto na lei, é preciso que a comunidade escolar possua as condições para receber estes alunos com ou sem deficiência (MELO e MARTINS, 2016). Neste processo, é essencial entender o papel da escola na inclusão dessas pessoas. A educação especial é um direito de todos que demandam seus recursos e serviços, e os educandos devem ser atendidos de maneira equitativa, ou seja, ter acesso à oferta de experiências educacionais de acordo com suas singularidades e especificidades, pois esta atenção é que vai garantir o acesso, a permanência e o sucesso nos processos educacionais, levando à possibilidade de inclusão social, cultural, acadêmica e profissional. (BRASIL, 2020, p.41).

De acordo com os dados disponíveis no sítio eletrônico do IBGE³, a taxa de analfabetismo para as pessoas com deficiência foi de 19,5%, enquanto para as pessoas sem deficiência foi de 4,1%. A taxa de analfabetismo deste grupo também reflete as desigualdades regionais, sendo a mais alta no Nordeste (31,2%) e a mais baixa no Sul (12,7%). A maior parte das pessoas de 25 anos ou mais com deficiência não completaram a educação básica: 63,3% eram sem instrução ou com o fundamental incompleto e 11,1% tinham o fundamental completo ou médio incompleto. Para as pessoas sem deficiência, esses percentuais foram, respectivamente, de 29,9% e 12,8%. Enquanto apenas 25,6% das pessoas com deficiência tinham concluído pelo menos o Ensino Médio, mais da metade das pessoas sem deficiência (57,3%) tinham esse nível de instrução. Já a proporção de pessoas com nível superior foi de 7,0% para as pessoas com deficiência e 20,9% para os sem deficiência.

³ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agenciadenoticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>

Desse modo, percebe-se que apesar do direito a educação está previsto em lei, muitas crianças e adolescentes estão fora da escola por apresentar algum tipo de impedimento ou deficiência. E para garantir a mobilidade e acessibilidade no ambiente escolar é necessário oferecer condições que garantam o acesso e participação autônoma do alunado (KRAEMER e THOMA, 2018).

Logo, Kraemer e Thoma (2018) afirmam que a acessibilidade se constitui como uma estratégia potencializadora da inclusão escolar e como condição para promover práticas que efetivem e promovam o acesso, a participação, o desenvolvimento e a aprendizagem de alunos com deficiência na escola comum.

Todavia, a mobilidade e acessibilidade em espaços escolares, garante o direito de locomoção a todas as pessoas e cria um espaço mais inclusivo. Sobretudo, visa refletir sobre a qualidade de vida aos cidadãos, estimulando algumas reflexões sobre a cidadania e inclusão social, tendo em vista, que em ambientes educacionais, a acessibilidade é fundamental para os estudantes com deficiência exercerem o seu direito a uma educação inclusiva e de qualidade.

De acordo com o Art. 28 da Lei de Inclusão da pessoa com deficiência,

Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

Entretanto, para que haja um ambiente acessível e inclusivo é preciso adequar os espaços físicos de acordo com as normas da ABNT (NBR 9050), para garantir o pleno acesso e participação dessas pessoas na escola e na sociedade. Deste modo, é relevante realizar um levantamento sobre os motivos que dificultam a inclusão e permanência dos alunos com deficiência na escola e buscar meios para solucionar o problema.

Para Mantoan (2015), “a educação inclusiva, é um trabalho coletivo de toda a escola, é necessário que todos os profissionais da escola abracem essa causa e não somente o professor

da Educação Especial Inclusiva, todos têm que estar envolvidos no processo” (MANTOAN, 2015, p.53). Somente dessa forma, a escola poderá ser chamada de escola inclusiva.

A PNEE assegura que é direito dos educandos do público-alvo da educação especial não apenas o acesso à escola, mas a permanência em escolas genuinamente acessíveis. Também é direito desses educandos participarem de processos e utilizarem produtos e serviços que lhes garantam a acessibilidade curricular e a equidade nas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2020, p.54).

Desta maneira, a Declaração de Salamanca (1994), enfatiza que, a necessidade de uma abordagem centrada na criança objetivando a garantia de uma escolarização bem-sucedida para todas as crianças. A adoção de sistemas mais flexíveis e adaptativos, capazes de mais largamente levar em consideração as diferentes necessidades das crianças irá contribuir tanto para o sucesso educacional quanto para a inclusão.

O artigo 28 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência afirma que compete ao poder público o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (BRASIL, 2015).

Para Serra, promover a inclusão de alunos com deficiência significa mudança de postura e do olhar acerca da deficiência, quebra de paradigmas, promoção de uma educação de qualidade, atendimento adequado, garantia de permanência e de aprendizagem na escola e participação social (SERRA, 2006).

Ressalta-se, que não basta apenas incluir esses alunos, mas adequar e promover um ensino de qualidade e garantir que estes educandos desenvolvam o seu aprendizado de forma significativa, porém respeitando o desenvolvimento de cada um e as suas peculiaridades.

Contudo, a Política Nacional de Educação Especial veio para ampliar os direitos já existentes para as pessoas com deficiência e suas famílias e promove oportunidade de aprendizagem para todos ao longo da vida, possibilitando a construção de autonomia e o desenvolvimento das habilidades. Além disso, incentiva a qualificação de professores e demais profissionais da educação para receber esse público no ambiente escolar.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O estudo em questão, trata-se de uma revisão bibliográfica a respeito dos Fatores de Inclusão e Permanência de Crianças com Deficiência nas Escolas: Um Olhar Sobre a Acessibilidade. A coleta de dados foi realizada na base de dados do Scielo a partir de artigos publicados no período de 2007 a 2022. Aplicou-se a string de busca que engloba descritores úteis ao tema de pesquisa: ("educação inclusiva" OR acessibilidade OR educação) AND ("necessidades especiais" OR deficiência) AND (crianças OR família OR escola OR "ensino fundamental") AND (permanência OR evasão). Área e período de publicação (Educação e Educação Especial e Inclusiva/2007 a 2022), e artigos em português. Para a amostra preliminar, foram selecionados estudos que tivessem no título ou nas palavras-chave os termos “Educação Inclusiva”, “Acessibilidade”, “Crianças” “Permanência na Escola”. Justificando-se ainda que a intenção da análise é dissertar sobre temática de forma abrangente, selecionou-se estudos empregando os seguintes critérios:

- C01: Exclusão de artigos que sejam outras revisões sobre o tema;
- C02: Exclusão de Teses, dissertações ou capítulos de livros para formação em geral;
- C03: Exclusão de panfletos ou posteres;
- C04: Exclusão de trabalhos que não abordassem sob a perspectiva da acessibilidade e os Fatores de Inclusão e Permanência de Crianças com Deficiência nas Escolas.;

A busca na base digital resultou em 9 (nove) artigos candidatos. Posteriormente se realizou uma filtragem pela leitura do texto completo, que resultou na exclusão de 1 artigo. Por fim, esta pesquisa bibliográfica obteve 8 artigos finais os quais foram avaliados e sintetizados para reflexão do tema em questão. Acrescenta-se que a metodologia aqui empregada foi utilizada com sucesso no trabalho de Machado e Souza (2019). Empregou-se para categorização dos artigos avaliados, as seguintes questões de pesquisa:

- Q01: Quais as temáticas abordadas nos estudos selecionados?
- Q02: Quais os eventos ou meios de publicações mais atuantes?
- Q03: Qual o nível educacional ao qual os estudos dão ênfase?
- Q04: Quais os desafios da educação inclusiva apresentados nos estudos?

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta Seção apresenta os resultados obtidos neste estudo bibliográfico em conjunto com uma discussão sobre os mesmos. A listagem completa de artigos avaliados pode ser encontrada no repositório de dados⁴. São exibidos ainda, na Tabela 1, a listagem com um resumo dos artigos aprovados.

Tabela 1. Resumo das questões de pesquisa

REFERÊNCIA	RESUMO
HAAS, SILVA e FERRARO (2017)	Aborda sobre as trajetórias de escolarização dos estudantes com deficiência na faixa etária considerada pela legislação brasileira de escolarização obrigatória (quatro aos dezessete anos), com ênfase na etapa de conclusão dessa trajetória.
LAPLANE (2014)	Discute sobre a variação de matrículas entre as diferentes redes (pública e privada, comum e especial). Trata ainda sobre as condições para o ingresso e permanência desses alunos com deficiência na escola.
MANENTE, RODRIGUES e PALAMIN (2007)	Busca compreender os fatores diferenciais que podem facilitar ou dificultar o ingresso de indivíduos com deficiência auditiva no ensino superior e sua permanência no curso.
GARCIA e BRAZ (2020)	Trata-se de um estudo sobre a cegueira e a baixa visão no contexto da democratização do acesso e permanência escolar.
ARAÚJO e LIMA (2011)	Aborda as dificuldades enfrentadas pelos cuidadores na inclusão escolar das crianças com paralisia cerebral.
MARINS e MATSUKURA (2009)	Faz uma avaliação das políticas públicas e fundamenta-se nas diretrizes políticas para a educação inclusiva no Brasil e suas estratégias de implementação que propõem, além da garantia do acesso, permanência e qualidade da educação para os alunos com necessidades especiais no ensino regular.
SIQUEIRA e SANTANA (2010)	Traz uma abordagem sobre uma série de projetos a fim de pensar quais as ações tem sido propostas, financiadas e implementadas para o acesso da pessoa com deficiência no ensino superior.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1 METADADOS

Esta pesquisa avaliou 8 (oito) artigos de um total de 9 (nove) artigos candidatos, o processo de seleção se deu por etapas empregando critérios de inclusão e exclusão conforme apresentados na Seção de Metodologia. Os metadados no processo de seleção podem apresentar itens importantes sobre a temática, desta forma, apresenta-se uma nuvem de palavras para indicar os termos que mais se repetem nos resumos/abstracts dos artigos aprovados.

Figura 1. Nuvem de palavras



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme apresentado na Figura 1, nuvem de palavras dos resumos dos trabalhos aprovados pode se observar que as palavras que mais se repetem são: Educação, ensino, alunos, deficiência, inclusão escolar, professores, permanência. Desta forma, estes termos podem servir para iniciar buscas sobre o tema de pesquisa citado.

4.1 Q01. QUAIS AS TEMÁTICAS ABORDADAS NOS ESTUDOS SELECIONADOS?

Dos artigos selecionados avaliou-se 8 (oito) artigos dos quais tratam sobre temáticas relacionadas a inclusão escolar de pessoas com deficiência. Conforme apresentado na Tabela 2, obteve-se 2 (dois) artigos os quais versam sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência no ensino superior, 1 (um) trata sobre a dificuldade enfrentada pelo cuidador na inclusão de crianças com paralisia cerebral, 2 (dois) abordam sobre o direito a escolarização das pessoas com deficiência, 2 (dois) abordam os fatores de acesso e permanência destes alunos na escola e 1 (um) traz uma avaliação das políticas públicas sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Como pode-se observar na Tabela 2.

Tabela 2. Temáticas abordadas nos estudos

TÍTULO DO ARTIGO	REFERÊNCIA	OBJETIVO
------------------	------------	----------

Escolarização das pessoas com deficiência no Rio Grande do Sul ante o direito à educação	HAAS, SILVA e FERRARO (2017)	Investigar o fluxo escolar dos alunos com deficiência nas etapas da educação básica e na modalidade da educação de jovens e adultos, com foco na faixa etária de escolarização obrigatória (quatro a dezessete anos) e atenção especial para a etapa de finalização da educação básica, o ensino médio.
Escolarização de alunos com autismo	LIMA e LAPLANE (2016)	Analisar o acesso e a permanência desses sujeitos na escola e verificar os apoios terapêuticos e educacionais aos quais eles tiveram acesso na escola.
Condições para o ingresso e permanência de alunos com deficiência na escola	LAPLANE (2014)	Refletir sobre os rumos da inclusão, abordando a política, as condições e as estratégias dos sistemas de ensino para acolher e educar os alunos com deficiência
Deficientes auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao ensino superior	MANENTE, RODRIGUES e PALAMIN (2007)	Descrever aspectos facilitadores e dificultadores observados no acesso de deficientes auditivos ao nível superior de ensino, presentes entre os jovens adultos.
Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva	GARCIA e BRAZ (2020)	Identificar as demandas formais e legais que existem para garantir o acesso e a permanência nas escolas
Dificuldades enfrentadas pelo cuidador na inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral	ARAÚJO e LIMA (2011)	Identificar os fatores dificultadores percebidos pelo cuidador da criança com paralisia cerebral em relação à sua entrada e permanência na escola comum
Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades-polo do estado de São Paulo	MARINS e MATSUKURA (2009)	Identificar, de acordo com a percepção dos gestores da área da Educação Especial de cidades-polo do estado de São Paulo, quais as ações foram implementadas a partir das diretrizes nacionais para a educação inclusiva na rede regular.

Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior	SIQUEIRA e SANTANA (2010)	Conhecer quais propostas tem sido financiadas e implementadas para o acesso da pessoa com deficiência no ensino superior.
---	---------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3. Q02: QUAIS OS EVENTOS OU MEIOS DE PUBLICAÇÕES MAIS ATUANTES?

De acordo com os artigos avaliados, observou-se que a Revista Brasileira de Educação Especial é a que contém mais artigos publicados sobre o tema. Destes, 4 dos trabalhos aprovados na análise, fazem parte dessa revista. Podemos observar na Tabela 3.

Tabela 3. Meios de publicações mais atuantes

REFERÊNCIA	JORNAL, REVISTA
HAAS, SILVA e FERRARO (2017)	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação
LIMA e LAPLANE (2016)	Educação e Pesquisa
LAPLANE (2014)	Revista Brasileira de Educação Especial
MANENTE, RODRIGUES e PALAMIN (2007)	Cadernos CEDES
GARCIA e BRAZ (2020)	Educação em Revista
ARAÚJO e LIMA (2011)	Revista Brasileira de Educação Especial
MARINS e MATSUKURA (2009)	Revista Brasileira de Educação Especial
SIQUEIRA e SANTANA (2010)	Revista Brasileira de Educação Especial

Fonte: Elaborado pela autora.

4.4. Q03: QUAL O NÍVEL EDUCACIONAL AO QUAL OS ESTUDOS DÃO ÊNFASE?

De acordo com a pesquisa observou-se que os estudos voltados para essa temática, abordam variados níveis de escolaridade, iniciando com o ensino fundamental (MARINS e MATSUKURA 2009, ARAÚJO e LIMA 2011, LAPLANE 2014, HAAS, SILVA E FERRARO 2017, LIMA e LAPLANE 2016, GARCIA e BRAZ 2020), Educação de Jovens e Adultos – EJA (GARCIA e BRAZ 2020, LIMA e LAPLANE 2016, MARINS e MATSUKURA 2009, LIMA e LAPLANE 2016, HAAS, SILVA E FERRARO 2017) e amplia-se para o nível superior (MANENTE, RODRIGUES e PALAMIN 2007 e SIQUEIRA e SANTANA 2010).

Conforme citado por Haas, Silva e Ferraro (2017), dentre as crianças de seis anos de idade com deficiência, que poderiam/deveriam estar matriculadas no primeiro ano do ensino fundamental, 60,2% encontram-se ainda cursando a educação infantil; dos sete aos catorze anos de idade, a quase totalidade (acima de 96%) dos matriculados estão cursando o ensino

fundamental; entre os matriculados de quinze, dezesseis e dezessete anos, idade própria do ensino médio, apenas 3,1%, 11,7% e 26,0%, respectivamente, estão cursando o ensino médio;

Laplane (2014), afirma que, levando-se em consideração o fato de que a deficiência intelectual concentra a maior quantidade de matrículas entre os tipos de deficiência, observa-se que grande parte desses alunos permanece no ensino fundamental e depois frequenta a EJA e as instituições especializadas.

Corroborando com a autora, percebe-se que os alunos com deficiência não seguem um ciclo comum de escolarização, apesar de concentrar um maior número de matrículas, permanecem no ensino fundamental e logo depois optam por cursar a educação de jovens e adultos, pulando a etapa do ensino médio.

Haas, Silva e Ferraro (2017), afirmam com relação a inclusão de alunos com autismo, que as matrículas se concentram no ensino fundamental e poucos alunos recebem atendimento educacional especializado. O autor afirma ainda, que o número de evasão escolar desses alunos é muito grande e um dos fatores que contribui para isso é a ausência de atendimento especializado no âmbito educacional.

Quanto ao acesso das pessoas com deficiência ao nível superior, Manente, Rodrigues e Palamim (2007) apontam os seguintes dados: dos participantes deste estudo, ainda que tivessem idade cronológica para frequentarem o ensino superior, apenas 33% o faziam ou já o haviam concluído (três deles). Um dado importante foi a diversidade de cursos observada entre os 23 participantes que estudavam em 15 cursos diferentes, cuja maioria (69%) relatou estar satisfeita com a escolha. Segundo Fonseca (2000), apud Manente, Rodrigues e Palamim (2007), a chegada do deficiente auditivo ao ensino superior é, antes de qualquer coisa, uma vitória diante das adversidades que enfrenta em sua trajetória escolar e do baixo índice deles nesta fase de ensino.

De acordo com Fonseca (2000) apud Manente, Rodrigues e Palamin (2007), a pessoa com deficiência que consegue chegar a universidade superou inúmeros obstáculos e pode-se considerar um vitorioso (a), uma vez que, teve que superar incontáveis barreiras impostas não somente pelas suas limitações, mas pelo preconceito da sociedade, e da própria família em descreverem na capacidade dessas pessoas em ingressarem no nível superior.

Ainda de acordo com os autores supracitados, à expectativa acadêmica dos responsáveis, 90% deles esperam que os filhos continuem estudando, mas apenas 5% acreditam que terminem a faculdade demonstrando, assim, o quanto o ensino superior está fora da realidade dos deficientes auditivos, no ponto de vista dos próprios familiares (MANENTE, RODRIGUES E PALAMIM, 2007).

4.5. Q04: QUAIS OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA APRESENTADOS NOS ESTUDOS?

A partir dos estudos, tornam-se notórias as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no âmbito educacional tanto no ensino básico quanto no ensino superior. Na maioria dos estudos analisados apresentam como principais desafios as barreiras arquitetônicas, e atitudinais, profissionais capacitados, falta de recursos e insegurança dos pais, fatores essenciais para a inclusão e permanência dos alunos. De acordo com a Tabela 4, os problemas enfrentados nos estudos avaliados são:

Tabela 4. Problemas enfrentados nos estudos avaliados

CITAÇÃO	PROBLEMAS ENFRENTADOS
HAAS; SILVA; FERRARO (2017)	Fragilidade das políticas educacionais no estado do RS no que diz respeito à continuidade da trajetória escolar das pessoas com deficiência nas distintas etapas que compõem a educação básica, com indícios que apontam para o fenômeno da exclusão na escola.
LIMA; LAPLANE (2016)	Falta de professores capacitados;
LAPLANE (2014)	Os professores e gestores apontam dificuldades na inclusão, principalmente quando a criança não é independente e precisa de cuidados especiais ou quando apresenta problemas de comportamento ou de comunicação que requeiram a participação de outros profissionais. Quando esses profissionais existem (cuidadores, professores de educação especial), muitas vezes dividem a sua carga horária entre vários alunos e/ou escolas. Outro problema, são os alunos que não progredem para as etapas e níveis subsequentes, grande parte desses alunos permanece no ensino fundamental e depois frequenta a EJA e as instituições especializadas.
MANENTE; RODRIGUES; PALAMIN (2007)	Inadequação do espaço local, estrutura curricular ou metodologia inadequada.
GARCIA; BRAZ (2020)	Os apoios oferecidos às crianças com deficiência visual ainda são insuficientes. Precárias condições de acessibilidade físicas e curriculares. E eliminação de barreiras arquitetônicas e atitudinais.

ARAÚJO; LIMA (2011)	Os fatores que mais dificultam a inclusão da criança são a falta de formação dos professores e de preparo das escolas para lidar com a criança com deficiência, a falta de um estagiário de apoio e a falta de materiais e equipamentos adaptados. O acesso à escola também é um importante fator dificultador para a participação da criança no ambiente escolar, bem como a necessidade de transporte adaptado às necessidades físicas da criança.
MARINS; MATSUKURA (2009)	Número reduzido de alunos atendidos e a necessidade do levantamento da demanda total da educação especial, além da pouca atuação de equipes multiprofissionais e a falta de envolvimento da esfera estadual em ações para a Educação Especial; Necessidade de capacitação continuada e articulação entre os professores do ensino regular e especial;
SIQUEIRA; SANTANA (2010)	Adequação do espaço físico, provimento de materiais adequados para o estudo, tais como adequações da biblioteca, o acesso a livros em Braille e/ou gravados em áudio e o uso e desenvolvimento de tecnologias assistivas específicas para otimização de determinada função. As ações propostas ressaltam a necessidade do treinamento da equipe técnica de trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com a Tabela 4, percebe-se que a maioria dos trabalhos aprovados apresentam problemáticas em comum, quando se trata do acesso e permanência dos alunos com deficiência na escola, apresentando como as mais relevantes, a questão da acessibilidade como, Inadequação do espaço físico, materiais pedagógicos adequados e profissionais capacitados.

4.6. CONSIDERAÇÕES

Este trabalho objetivou um panorama atualizado sobre o tema Fatores de Inclusão e Permanência de Crianças com Deficiência nas Escolas: Um Olhar Sobre a Acessibilidade. Os resultados obtidos podem ser sumarizados a seguir:

- Os principais problemas encontrados, referem-se majoritariamente a infraestrutura de apoio ao estudante com deficiência, seguidos de capacitação de mão de obra para apoio nas atividades escolares;
- O nível de ensino abordado nos estudos concentra-se nos níveis fundamentais, seguidos do EJA - Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior;
- Em relação as temáticas abordadas nos estudos, os autores tiveram preferência por temas ligados ao acesso e permanência dos alunos;

- Dentre os artigos analisados, o principal meio de publicação foi a Revista Brasileira de Educação Especial;

Acrescenta-se que, o trabalho aqui realizado apresenta alguns pontos fracos no que se refere a quantidade de bases de pesquisa empregadas (apenas a base Scielo), a linguagem empregada nos estudos avaliados (apenas artigos em português) e em relação ao intervalo de tempo escolhido para coleta das publicações (2021-2023). No entanto, os resultados aqui obtidos apresentam indícios relevantes para os estudos na temática em questão, podendo servir de ponto de partida para outros estudos.

5. CONCLUSÕES E TRABALHOS FUTUROS

Diante das análises, pode-se observar que a educação inclusiva ainda enfrenta desafios, os quais, de acordo com os artigos avaliados, predominam quantitativamente relacionados à acessibilidade nos ambientes educacionais e a capacitação profissional para atuar junto aos alunos com deficiência. Deste modo, foram encontrados indícios que a inclusão das pessoas com deficiência é um desafio a ser superado, uma vez que, ainda existem barreiras na efetivação da inclusão dos estudantes com deficiência ou alguma limitação.

Conclui-se ainda, que o debate no âmbito dos trabalhos analisados, apontam que houve avanços quanto ao reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência, mas os trabalhos avaliados concordam entre si, que há uma carência de políticas públicas de inclusão mais efetiva que possibilite não só o acesso, mas a permanência dessas pessoas na escola e que seja capaz de atender especificidades de cada aluno.

Os resultados aqui encontrados estão de acordo com os apresentados por Laplane (2014), onde se afirma reconhecer os diferentes modos, possibilidades e meios de participação e oferecer, espaços e recursos alternativos e suporte a professores, alunos e famílias.

Os resultados aqui encontrados, apresentam indícios da necessidade de se desenvolver e aprimorar estratégias para a inclusão dos alunos com deficiência, considerando as necessidades de todos e permitindo que estes usufruam das mesmas oportunidades de acesso, permanência e aproveitamento no ambiente escolar, independentemente de qualquer característica específica que possua. Pretende-se realizar em trabalhos futuros, pesquisas bibliográficas mais amplas e abrangentes, englobando bases de pesquisa internacionais em conjunto com a adição de outras linguagens além do português.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, D. A.; LIMA, E. D. R. DE P.. Dificuldades enfrentadas pelo cuidador na inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral. *Educação em Revista*, v. 27, n. 3, p. 281–303, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/k64F9RgXdKTSVdQjk5nDM8m/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 23 set. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 08 abr. de 2023.

BRASIL. [Constituição de (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília/DF: Senado Federal, 2016. 5. BRASIL.

CASTILHO, S. D. de; FRANÇA, M. C. de. Transporte escolar e implicações para acessibilidade, permanência e êxito de estudantes quilombolas. **Roteiro**, [S. l.], v. 47, p. e29393, 2022. DOI: 10.18593/r.v47.29393. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/29393>. Acesso em: 8 abr. 2023.

Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994

Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em 8 abr. 2023.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

FERREIRA, F. Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer. PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer>. Acesso em 20 de abril de 2023.

GARCIA, F. M.; BRAZ, A. T. A. M.. Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 28, n. 108, p. 622–641, jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/6D8gzB5Dd7vnLG3FXmvN4bw/#ModalHowcite>. Acesso em: 23 set. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HAAS, C.; SILVA, M. C. DA .; FERRARO, A. R.. Escolarização das pessoas com deficiência no Rio Grande do Sul ante o direito à educação. *Educação e Pesquisa*, v. 43, n. 1, p. 245–262,

jan. 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/K4HKkCYpDq7YZfNtwTbfBZx/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 23 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFPI**. Teresina: IFPI, 2021. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/area-do-estudante/bibliotecas/ManualdeNormalizaodeTrabalhosAcadmicosoIFPI.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

KRAEMER, G. M; THOMA, A. S. Acessibilidade como condição de acesso, participação, desenvolvimento e aprendizagem de alunos com deficiência. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/nyPrDHWvjKSTTHQ5WZxrnb/?format=pdf>. Acesso em: 06 out. 2023.

LAPLANE, A. L. F. DE.. CONDIÇÕES PARA O INGRESSO E PERMANÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA. Cadernos CEDES, v. 34, n. 93, p. 191–205, maio 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/MwqXRDwMkDn73y6GbmppmVyP/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 23 set. 2023

LIMA, S. M.; LAPLANE, A. L. F. DE .. Escolarização de Alunos com Autismo. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 22, n. 2, p. 269–284, abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/93w7MM64pfrMWrPTKmqsSBh/#ModalHowcite>. Acesso em: 23 set. 2023.

MANENTE, M. V.; RODRIGUES, O. M. P. R.; PALAMIN, M. E. G.. Deficientes auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao ensino superior. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 13, n. 1, p. 27–42, jan. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/B3q6wWMmr7dHVznxf53LdZv/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 23 set. 2023.

MANTOAN, M. T. E. (2015). Inclusão escolar o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo. Summus Editorial.

MARINS, S. C. F.; MATSUKURA, T. S.. Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 15, n. 1, p. 45–64, jan. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/sptXDSKVptZ4GBvpyDGXhYf/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 23 set. 2023.

MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; MARTINS, Maria Helena. Legislação para estudantes com deficiência no ensino superior no Brasil e em Portugal: algumas reflexões. Acta Scientiarum. Education, Maringá , v. 38, n. 3, p. 259-269, set. 2016 . Disponível em

<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217852012016000300259&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 06 out. 2023.

OLIVEIRA, A. A. S. Estratégias para o ensino inclusivo na área da deficiência intelectual: alguns apontamentos. In: MARQUEZINE, M. C.; MANZINI, E. J.; BUSTO, R. M.; TANAKA, E. D. O.; FUJISAWA, D. S. Políticas públicas e formação de recursos humanos em educação especial. Londrina: ABPEE, 2009. p.69-82

PLESTCH, M.D. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Nau: Edur, 2010.

REIS, Alcenir Soares dos; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. **Guia básico para a elaboração do projeto de pesquisa**. Belo Horizonte, MG: UFMG, [200-]. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/06a.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

Revista Brasileira de Educação Especial. Bauru, SP, Brazil: Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial - ABPEE, v. 13, n. 1, p. 27-42, 2007.

SANTOS A. dos; SANTOS, L. K. S.; RIBAS V. G. Acessibilidade de habitações de interesse social ao cadeirante: um estudo de caso. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p.55-75, jan./mar. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277036657_Acessibilidade_de_habitacoes_de_interesse_social_ao_cadeirante_um_estudo_de_caso. Acesso em: 08 de Abril de 2023.

SERRA, Dayse. Inclusão e ambiente escolar. In: SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Pereira dos Santos (orgs.). Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2006, p. 31-44.

SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, C. DA S.. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 16, n. 1, p. 127–136, jan. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/KkfLLrZ4kTjdTyMhbY3gzfk/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 23 set. 2023.

SPERANDIO, Daniele Spadotto (org.) *et al.* **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFPI**. Teresina: IFPI, 2017.

VASCONCELOS, Fernanda Mussato. Avaliação da acessibilidade de escolas públicas de ensino fundamental por meio de um instrumento digital: análise da transmissão e do banco de dados. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2023. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/242442>>.